

DATA: 20/05/2007

### INSTRUÇÕES

1. Confira, abaixo, seu nome e número de inscrição. Assine no local indicado.
2. Aguarde autorização para abrir o Caderno de Prova. Após a autorização, verifique a paginação e número de questões.
3. A interpretação das questões é parte do processo de avaliação, não sendo permitidas perguntas aos Fiscais.
4. Esta prova é composta por **16 questões subjetivas**.
5. A prova contará com os seguintes módulos :
  - I. Direito Constitucional: uma (1) questão valendo quarenta (40) pontos e três (3) questões valendo vinte (20) pontos cada uma.
  - II. Direito Administrativo: uma (1) questão valendo quarenta (40) pontos e três (3) questões valendo vinte (20) pontos cada uma.
  - III. Direito Processual Civil: uma (1) questão valendo quarenta (40) pontos e três (3) questões valendo vinte (20) pontos cada uma.
  - IV. Direito Ambiental, Direito do Consumidor, Interesse Difusos e Coletivos : uma (1) questão valendo quarenta (40) pontos e três (3) questões valendo vinte (20) pontos cada uma.
6. Todas as questões devem ser respondidas fundamentadamente e de modo objetivo.
7. As questões que **valem quarenta pontos** devem ser respondidas em até **30 linhas**. As questões que **valem vinte pontos** devem ser respondidas em até **15 linhas**. Eventuais linhas excedentes não serão consideradas.
8. O candidato deverá responder de forma manuscrita com **tinta preta às questões propostas, valendo-se apenas do espaço reservado a cada questão no caderno de provas**.
9. Dentro do próprio caderno de provas haverá espaço destinado a rascunho, que deverá ser obrigatoriamente devolvido aos fiscais ao término da prova.
10. Transcreva as respostas para o Caderno de Respostas e não ultrapasse o espaço indicado em cada questão. Não haverá substituição do Caderno de Respostas por erro de transcrição.
11. Será permitida consulta à legislação, desde que editada em livro sem qualquer anotação, comentário, apontamento, jurisprudência ou súmulas dos Tribunais. As páginas dos códigos contendo súmulas e exposições de motivos devem estar grampeadas. É vedada a utilização de material impresso ou fotocopiado, exceto em relação às leis estaduais mencionados no programa de disciplinas expostas no Anexo III do Edital. Todo material será objeto de fiscalização.
12. Ao concluir a prova, permaneça em seu lugar e comunique ao Fiscal. **Aguarde autorização para devolver, o Caderno de Prova e Caderno de Respostas, devidamente assinados.**

**PROCURADOR**

**DURAÇÃO DESTA PROVA: 5 HORAS**

LOCAL-SALA-CARTEIRA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO

NOME DO CANDIDATO

ASSINATURA DO CANDIDATO



**CADERNO DE PROVA**

**Direito Constitucional**

**1) Como se distribuem as competências na federação brasileira? Como se resolvem eventuais conflitos de competência entre os entes da federação? (40 pontos)**

1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
6.	
7.	
8.	
9.	
10.	
11.	
12.	
13.	
14.	
15.	
16.	
17.	
18.	
19.	
20.	
21.	
22.	
23.	
24.	
25.	
26.	
27.	
28.	
29.	
30.	

**CADERNO DE PROVA**

**Direito Constitucional**

**2) De quem é a competência legislativa, quem pode oferecer a denúncia e qual o órgão competente para o julgamento de Governador de Estado nos crimes comuns e nos crimes de responsabilidade?** (20 pontos)

1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
6.	
7.	
8.	
9.	
10.	
11.	
12.	
13.	
14.	
15.	

**CADERNO DE PROVA**

**Direito Constitucional**

**3) Explique a súmula de efeito vinculante (Constituição da República, art. 103-A) e como ela poderá repercutir no âmbito do Estado-membro. (20 pontos)**

1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
6.	
7.	
8.	
9.	
10.	
11.	
12.	
13.	
14.	
15.	

**Direito Constitucional**

**4) Explique objetivamente o papel do Estado-membro no Sistema Único de Saúde. (20 pontos)**

1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
6.	
7.	
8.	
9.	
10.	
11.	
12.	
13.	
14.	
15.	

## CADERNO DE PROVA

## Direito Administrativo

5) A Lei Estadual nº 15.340, de 22 de dezembro de 2006, estabelece normas sobre licitações, contratos administrativos e convênios no Estado do Paraná. O artigo 10 da mencionada lei tem o seguinte teor:

**Art. 10.** As compras, sempre que possível, devem:

I - atender ao princípio da padronização, considerando a compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho;

II - indicar as condições de manutenção, assistência técnica e garantia exigidas;

III - submeter-se às condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado e ser subdividida em tantas parcelas quantas forem necessárias para aproveitar as peculiaridades do mercado, visando a economicidade e observando a legislação orçamentária;

IV - observar os preços praticados pela Administração Pública;

V - ser processadas através de sistema de registro de preços.

§ 1º A indicação de marcas é permitida quando:

I - decorrente de pré-qualificação de objeto;

II - indispensável para melhor atendimento do interesse público, comprovado mediante justificativa técnica.

[...]

Ao seu tempo, a Lei nº 8.666/1993, que estabelece as “normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios” em seu artigo 7º, § 5º, consigna o seguinte: “É vedada a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, salvo nos casos em que for tecnicamente justificável, ou ainda quando o fornecimento de tais materiais e serviços for feito sob o regime de administração contratada, previsto e discriminado no ato convocatório.” E na mesma lei o artigo 15, § 7º, inc. I, prevê que nas compras deverá ser observada “a especificação completa do bem a ser adquirido sem indicação de marca”.

Em vista o teor de ambas as leis, bem como a natureza jurídica delas, responda fundamentadamente ao que segue: o que se pode entender por “normas gerais” sobre licitações e contratos administrativos? O dispositivo do § 1º da Lei Estadual 15.340/2006 obedece ao disposto nas “normas gerais” de licitação e contratação? Caso negativo, quais seriam as consequências no âmbito estadual? Caso positivo, qual seria o fundamento que autorizaria a edição de tal preceito na lei estadual e qual a natureza do dispositivo? (40 pontos)

1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
6.	
7.	
8.	
9.	
10.	
11.	
12.	
13.	
14.	
15.	
16.	

## CADERNO DE PROVA

17.	
18.	
19.	
20.	
21.	
22.	
23.	
24.	
25.	
26.	
27.	
28.	
29.	
30.	

**Direito Administrativo**

- 6) Com lastro no art. 241 da Constituição da República, a Lei 11.107/2005 disciplina a criação de consórcios públicos entre as pessoas políticas para a realização de objetivos de interesse comum. Segundo a lei, os consórcios públicos têm personalidade jurídica própria, pois deverão ser instituídos sob a forma de associação pública ou pessoa jurídica de direito privado (Lei 11.107/2005, artigo 1º, § 1º). Há alguma diversidade entre os consórcios públicos e os convênios de cooperação? Caso positivo, especifique ao menos uma diferença, de forma fundamentada. Caso negativo, motive a resposta. Por outro lado, a instituição de uma associação pública com personalidade jurídica própria composta por pessoas políticas diversas viola o princípio da federação (Constituição da República, artigos 1º, 18 e 60, § 4º, inc. I)? Fundamente. (20 pontos)

1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
6.	
7.	
8.	
9.	
10.	

## CADERNO DE PROVA

11.	
12.	
13.	
14.	
15.	

**Direito Administrativo**

- 7) Um cidadão apresenta pedido à Administração que resulta na prática de ato administrativo vinculado, o qual é executado por servidor competente, com perfeição formal. Porém, logo em seguida um exame médico constata que o servidor “não tinha o necessário discernimento” quando praticou o ato (absolutamente incapaz, nos termos do artigo 3º, inciso II, do Código Civil). Uma vez constatado o estado mental do servidor, o ato deve ser anulado *ex officio* pela Administração? Caso positivo, por quê? Caso negativo, existiria algum outro ato que deva ser realizado pela Administração? Por quê? (20 pontos)

1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
6.	
7.	
8.	
9.	
10.	
11.	
12.	
13.	
14.	
15.	

## CADERNO DE PROVA

## Direito Administrativo

- 8) Suponha que a lei que disciplina o concurso para ingresso na carreira de agente policial exija a realização de concurso de provas e títulos, dentre as quais expressamente está o exame psicotécnico. Um dos participantes é reprovado no exame psicotécnico e propõe ação de nulidade do concurso, em vista o artigo 37, inciso II, da Constituição Federal de 1988. Pergunta-se: a) É válida a habilitação em concurso público sujeita a exame psicotécnico? Caso positivo, em que condições? Caso negativo, por quê? b) Seria válido ao Poder Judiciário ter acesso e realizar instrução probatória a respeito do resultado do exame psicotécnico? Por quê?

(20 pontos)

1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
6.	
7.	
8.	
9.	
10.	
11.	
12.	
13.	
14.	
15.	

**Direito Processual Civil**

**9) Discorra sobre a eficácia preclusiva da coisa julgada.**

**(40 pontos)**

1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
6.	
7.	
8.	
9.	
10.	
11.	
12.	
13.	
14.	
15.	
16.	
17.	
18.	
19.	
20.	
21.	
22.	
23.	
24.	
25.	
26.	
27.	
28.	
29.	
30.	

**CADERNO DE PROVA**

**Direito Processual Civil**

**10) É cabível ação rescisória contra decisão interlocutória? E contra decisão de conteúdo interlocutório? Fundamente sua resposta. (20 pontos)**

1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
6.	
7.	
8.	
9.	
10.	
11.	
12.	
13.	
14.	
15.	

## CADERNO DE PROVA

## Direito Processual Civil

- 11) Em uma execução, o juiz instituiu usufruto de um imóvel do devedor (conforme artigo 719 do CPC) nomeando como administrador o próprio devedor. A decisão foi publicada no Diário de Justiça do dia 19.03.2007 (segunda-feira). Irresignado com essa decisão, o devedor resolve recorrer da decisão e interpôs apelação no dia 03.04.2007 (terça-feira). Ao proferir o primeiro juízo de admissibilidade, o juiz entende que poderia ser aplicável o princípio da fungibilidade recursal, mas conclui, ao final, pela impossibilidade do recebimento da apelação como agravo em razão de não ter sido observado o prazo deste último. Comente essa decisão, discorrendo sobre o princípio da fungibilidade recursal. (20 pontos)

1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
6.	
7.	
8.	
9.	
10.	
11.	
12.	
13.	
14.	
15.	

**CADERNO DE PROVA**

**Direito Processual Civil**

**12) Tendo sido proposta ação ordinária pelo autor, o réu pode propor ação declaratória incidental? Fundamente sua resposta. (20 pontos)**

1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
6.	
7.	
8.	
9.	
10.	
11.	
12.	
13.	
14.	
15.	

**CADERNO DE PROVA**

**Direito Ambiental, Direito do Consumidor, Interesses Difusos e Coletivos**

**13) Paulo Affonso adquire uma gleba de terra em perímetro rural no ano de 1992. A área é sujeita a inundações por encontrar-se em fundo de vale, estando inscrita nos limites de uma área de preservação permanente (APA) criada por lei estadual datada de janeiro de 1986. Também é recortada por um pequeno riacho com margens de menos de cinco metros de largura. Com a transformação da região em perímetro urbano Paulo Affonso resolve parcelar o imóvel e vender os lotes para fins residenciais e, para isso, apresenta requerimento à Administração Estadual com a finalidade de lhe ser concedida licença ambiental. O Estado deve conceder tal licença? Justifique.** (40 pontos)

1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
6.	
7.	
8.	
9.	
10.	
11.	
12.	
13.	
14.	
15.	
16.	
17.	
18.	
19.	
20.	
21.	
22.	
23.	
24.	
25.	
26.	
27.	
28.	
29.	
30.	

**CADERNO DE PROVA**

**Direito Ambiental, Direito do Consumidor, Interesses Difusos e Coletivos**

**14) Deve o Estado exigir dos imóveis vizinhos às reservas particulares do patrimônio natural o estabelecimento de zonas de amortecimento? Justifique. (20 pontos)**

1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
6.	
7.	
8.	
9.	
10.	
11.	
12.	
13.	
14.	
15.	

## CADERNO DE PROVA

**Direito Ambiental, Direito do Consumidor, Interesses Difusos e Coletivos**

- 15) As responsabilidades administrativa, civil e penal, pelos danos causados à saúde das pessoas e ao meio ambiente, quando a produção, a comercialização, a utilização e o transporte de agrotóxicos não cumprirem o disposto na Lei Federal n. 7.802/89 são objetivas ou subjetivas? Justifique. (20 pontos)

1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
6.	
7.	
8.	
9.	
10.	
11.	
12.	
13.	
14.	
15.	

**CADERNO DE PROVA**

**Direito Ambiental, Direito do Consumidor, Interesses Difusos e Coletivos**

**16) Qual é o fundamento legal que confere ao Conselho Nacional do Meio Ambiente competência para estabelecer normas e critérios para o licenciamento estadual de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras? (20 pontos)**

1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
6.	
7.	
8.	
9.	
10.	
11.	
12.	
13.	
14.	
15.	